

**P O D E R   J U D I C I Á R I O**
**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**  
**JUÍZO DE DIREITO DA 3ª VARA CÍVEL DA COMARCA DE SÃO CARLOS**

Rua Sorbone, 375, B. Centreville, São Carlos-SP CEP 13560-760

Tel. (016) 3368-3260 – email saocarlos3cv@tjsp.jus.br

**SENTENÇA**

Processo nº: **1010745-17.2016.8.26.0566**  
 Classe - Assunto: **Procedimento Comum - Obrigações**  
 Requerente: **Ivanete Cristina Zampieri Santana**  
 Requerido: **Ss Comércio de Cos. e Prod. de Hig. Pessoal Ltda**

**IVANETE CRISTINA ZAMPIERI SANTANA** ajuizou ação contra **SS COMÉRCIO DE COS. E PROD. DE HIG. PESSOAL LTDA**, pedindo para consignar em juízo os valores atinentes ao acordo entabulado com a ré, a exclusão do seu nome do cadastro de devedores e a condenação da ré ao pagamento de indenização por danos morais. Alegou, para tanto, que celebrou vários contratos com a ré para aquisição de produtos cosméticos da marca Jequiti, entretanto não conseguiu adimplir as contraprestações assumidas, razão pela qual teve o seu nome inserido no rol de devedores. Em agosto deste ano, procurou a ré para quitar a dívida existente e, consequentemente, excluir os apontamentos em cadastro de inadimplentes, ficando acordado que o saldo devedor seria pago de forma parcelada. Foi realizado o pagamento da primeira parcela, pois a ré encaminhou o respectivo boleto através de seu e-mail. Contudo, não foi possível concretizar o adimplemento das outras parcelas, haja vista que a ré se negou a enviar os demais boletos, alegando, inclusive, não reconhecer o acordo anteriormente celebrado. Por conta disso, o seu nome permaneceu inscrito nos órgãos de proteção ao crédito.

Deferiu-se a tutela de urgência para autorizar a realização do depósito judicial e determinar a exclusão do nome da autora do cadastro de devedores.

Foram realizados quatro depósitos pela autora.

S.S. Comércio de Cosméticos e Produtos de Higiene Pessoal Ltda. foi citada e apresentou contestação, aduzindo a inaplicabilidade do Código de Defesa do Consumidor, a inexistência de qualquer ilegalidade em sua conduta, pois a baixa da negativação somente seria realizada após a autora encaminhar os comprovantes de pagamento, bem como a inexistência de dano moral indenizável.

Houve réplica.

**É o relatório.**

**Fundamento e decido.**

## P O D E R J U D I C I Á R I O


 TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO  
 JUÍZO DE DIREITO DA 3ª VARA CÍVEL DA COMARCA DE SÃO CARLOS

Rua Sorbone, 375, B. Centreville, São Carlos-SP CEP 13560-760

Tel. (016) 3368-3260 – email saocarlos3cv@tjsp.jus.br

A autora deixou de efetuar o pagamento dos valores devidos para a ré, fato que motivou a inclusão do seu nome no cadastro de devedores. Posteriormente, por meio de contato telefônico, as partes renegociaram a dívida até então existente, ficando acordado que o pagamento seria feito da seguinte forma:

1) Contrato nº 7507217: A dívida de R\$ 513,22 seria paga em duas parcelas de R\$ 256,61, vencendo a primeira em 19.08.2016;

2) Contrato nº 7764555: A dívida de R\$ 401,16 seria paga em duas parcelas de R\$ 200,58, vencendo a primeira em 19.08.2016;

3) Contratos nº 768931 e 7698932: A dívida de R\$ 1.332,03 seria paga em três parcelas de R\$ 444,01, vencendo a primeira em 19.08.2016.

A autora efetuou o pagamento da primeira parcela de cada qual das três dívidas supradescritas dentro do prazo previsto (fls. 17, 21 e 25). Contudo, ficou impossibilitada de adimplir as demais prestações do acordo, haja vista que não houve a emissão e envio dos demais documentos de cobrança bancária pela ré. **Tais fatos são incontroversos, pois a própria ré admitiu na contestação que houve a renegociação da dívida e que os boletos só foram encaminhados após o ajuizamento da ação.**

Nesse sentido, a única alternativa para a autora era mesmo consignar os valores das parcelas devidas, a fim de se libertar da obrigação assumida e, consequentemente, retirar seu nome dos órgãos de proteção ao crédito. Aliás, os depósitos judiciais realizados quitam toda a dívida que era devida pela autora, sendo de rigor declarar a extinção da obrigação (art. 546 do Código de Processo Civil).

Ademais, a renegociação da dívida, mesmo que sem novação, cessa a inadimplência, sendo ilícita a conduta da ré de manter o nome da devedora no cadastro de devedores. Em outras palavras, a partir do pagamento da primeira parcela do acordo celebrado entre as partes, a dívida que justificou a negativação deixa de existir, devendo ocorrer a imediata comunicação aos órgãos de proteção ao crédito para cancelamento da restrição.

O dano moral é presumido (*in re ipsa*), consequência direta da indevida manutenção do nome da autora em cadastro de inadimplentes. A jurisprudência do Tribunal de Justiça de São Paulo perfilha do mesmo entendimento:

"RESPONSABILIDADE CIVIL. Danos morais. Cartão de crédito. Indevida manutenção do nome da titular do cartão em cadastro de inadimplentes após a renegociação da dívida. Hipótese em que, conquanto tenha sido formalizado acordo para o parcelamento do débito, o nome do autor permaneceu registrado nos cadastros de maus pagadores do Serasa.

**P O D E R   J U D I C I Á R I O****TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO****JUÍZO DE DIREITO DA 3ª VARA CÍVEL DA COMARCA DE SÃO CARLOS**

Rua Sorbone, 375, B. Centreville, São Carlos-SP CEP 13560-760

Tel. (016) 3368-3260 – email saocarlos3cv@tjsp.jus.br

Abusividade da preservação do registro originário em virtude da novação da dívida. Responsabilidade civil caracterizada. Danos morais indenizáveis configurados. Indenização fixada em R\$ 3.000,00, corrigidos a partir da data do acórdão, sopesada para tanto a falta de prova de regular cumprimento do acordo que importou na renegociação da dívida. Pedido inicial julgado parcialmente procedente. Recurso provido, em parte." (Apelação nº 9086772-95.2009.8.26.0000, 19ª Câmara de Direito Privado, Rel. Des. João Camillo de Almeida Prado Costa, j. 02/04/2012).

"RESPONSABILIDADE CIVIL. MANUTENÇÃO INDEVIDA DE INSCRIÇÃO DO NOME DO AUTOR EM CADASTRO DE PROTEÇÃO AO CRÉDITO APÓS RENEGOCIAÇÃO DE DÍVIDA. PEDIDO DE INDENIZAÇÃO POR DANO MORAL. Sem cabimento a manutenção de negativação do nome da autora após renegociação da dívida, uma vez que o acordo extinguiu a dívida anterior. Portanto, a ré deve ser condenada ao pagamento de indenização por dano moral, uma vez que deveria ter realizado o imediato cancelamento do apontamento, assim que foi firmado o acordo e efetuado o pagamento da primeira parcela. DÁ-SE PROVIMENTO AO RECURSO." (Processo nº 0011424-35.2010.8.26.0084, 20ª Câmara de Direito Privado, Rel. Des. Alberto Gosson, j. 24/11/2014).

"INSCRIÇÃO EM CADASTRO DE INADIMPLENTES - O ônus de providenciar o cancelamento de inscrição em cadastro de inadimplentes de dívida que não mais subsistente, em hipóteses de pagamento, parcelamento ou renegociação, é do credor e não do devedor - Reconhecida a ilicitude da manutenção da inscrição do nome do autor nos cadastros de inadimplentes, de rigor, o acolhimento da pretensão da parte autora de declaração de inexigibilidade do débito anterior à renegociação, com determinação de cancelamento da respectiva inscrição da dívida em questão em cadastro de inadimplentes, providenciando o MM Juízo da causa o necessário para tanto. RESPONSABILIDADE CIVIL - Configurado o defeito do serviço, consistente na manutenção indevida da inscrição do nome da parte autora em cadastro de inadimplentes, por débito já quitado, e não caracterizada nenhuma excludente de responsabilidade, de rigor, o reconhecimento da responsabilidade e a condenação da instituição financeira ré na obrigação de indenizar o autor pelos danos decorrentes do ilícito em questão. DANO MORAL - A manutenção indevida em cadastro de inadimplentes constitui, por si só, fato ensejador de dano moral - Indenização por dano moral majorada para a quantia de R\$14.480,00, com incidência de correção monetária a partir da data do presente julgamento. Recurso provido, em parte." (Apelação nº 0014898-49.2010.8.26.0664, 20ª Câmara de Direito Privado, Rel. Des. Rebello Pinho, j. 17/03/2014).

**PODER JUDICIÁRIO**
**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**  
**JUÍZO DE DIREITO DA 3ª VARA CÍVEL DA COMARCA DE SÃO CARLOS**

Rua Sorbone, 375, B. Centreville, São Carlos-SP CEP 13560-760

Tel. (016) 3368-3260 – email saocarlos3cv@tjsp.jus.br

Pode o juiz guiar-se pelas condições em que se apresentam os litigantes, para a redução ou ampliação do gravame devido e, ainda, a manutenção de certa relação entre o ilícito praticado e o resultado auferido pelo lesante, na fixação da indenização devida. A personalidade do lesado e a repercussão do dano são também considerados (v. Reparação Civil por Danos Morais, Carlos Alberto Bittar, RT).

Tomam-se em conta a posição social e cultural do ofensor e do ofendido, tendo-se em vista o homo medius, de sensibilidade ético-social normal. A maior ou menor culpa do agente também é aspecto a ponderar. No entanto, constitui contradição pretender buscar uma perfeita equivalência econômica entre o dano e a quantia que for arbitrada a título de compensação ou satisfação simbólica, o que se mostra possível apenas no domínio dos danos patrimoniais (Antonio Lindbergh C. Montenegro, Ressarcimento de Danos, Âmbito Cultural Edições, 4ª edição, página 153).

A reparação pecuniária pelo dano moral, descartada a impossibilidade de qualquer equiponderância de valores, tem o sentido de compensar a sensação de dor da vítima com uma sensação agradável em contrário (RT 650/63).

A paga em dinheiro representa uma satisfação moral ou psicológica, neutralizando o sofrimento impingido. Mas não pode significar um enriquecimento sem causa da vítima.

À falta de regulamentação legal, a estimação é prudencial (TJSP, Ap. 113.190-1, 2ª C., j. 28.11.89, Rel. Des. Walter Moraes, RT 650/63).

É razoável estabelecer a indenização em R\$ 7.000,00.

Diante do exposto, **acolho parcialmente os pedidos** e declaro extinta a obrigação da autora perante a ré, relativamente aos contratos nº 7507217, 7764555, 768931 e 7698932, ficando à disposição da ré o levantamento das quantias depositadas judicialmente. Por conseguinte, determino a exclusão do apontamento em desfavor da autora, no tocante à dívida discutida nestes autos, confirmando-se a antecipação da tutela concedida ao início da lide. Outrossim, condeno a ré a pagar para a autora a importância de R\$ 7.000,00, com correção monetária a partir desta data e juros moratórios contados desde a citação.

Vencida na quase totalidade dos pedidos, condeno a ré ao pagamento das custas e despesas processuais, corrigidas aquelas em reembolso, e dos honorários advocatícios do patrono da autora fixados em 15% do valor da condenação.

Publique-se e intimem-se.

São Carlos, 13 de dezembro de 2016.

## PODER JUDICIÁRIO



### TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO JUÍZO DE DIREITO DA 3ª VARA CÍVEL DA COMARCA DE SÃO CARLOS

Rua Sorbone, 375, B. Centreville, São Carlos-SP CEP 13560-760

Tel. (016) 3368-3260 – email saocarlos3cv@tjsp.jus.br



**Carlos Castilho Aguiar França**  
**Juiz de Direito**

**DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI 11.419/2006, CONFORME  
IMPRESSÃO À MARGEM DIREITA**